

**REGISTROS ADMINISTRATIVOS  
RAIS E CAGED**

Brasília  
**2010**

© 2010 – Ministério do Trabalho e Emprego

É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte.

Tiragem:

2ª tiragem –

Edição e Distribuição: Secretaria de Políticas Públicas de Emprego – SPPE

Departamento de Emprego e Salário – DES

Coordenação-Geral de Estatísticas do Trabalho – CGET

Esplanada dos Ministérios

Edifício anexo ala B, sala 211

Fones: (0XX61) 3317-6666 / 6667 - fax: (0XX61) 3317-8272

CEP: 70059-900 – Brasília – DF

Impresso no Brasil/ Printed in Brazil

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**

**Biblioteca. Seção de Processos Técnicos – MTE**

R337            Registros administrativos : RAIS e CAGED. -- Brasília: MTE,  
                         SPPE/DES/CGET, 2000.  
                         17p.

1 .Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), Brasil. 2.Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), Brasil. 3. Mercado de trabalho, estatística, metodologia, Brasil I. Brasil. Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). II. Brasil. Secretaria de Políticas Públicas de Emprego (SPPE). III. Brasil. Departamento de Emprego e Salário (DES). IV. Brasil. Coordenação-Geral de Estatísticas do Trabalho (CGET).

CDD 341.120981.3

## SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	4
1. RAIS .....	5
1.1. Conceituação .....	5
1.2. Características da RAIS .....	6
1.3. Principais Conceitos Utilizados .....	6
1.4. Informações dos Estabelecimentos e dos Empregados .....	9
2. CAGED – LEI Nº 4.923/65 .....	10
2.1. Conceituação .....	10
2.2. Características do CAGED .....	11
2.3. Principais Conceitos Utilizados .....	11
2.4. Informações dos Estabelecimentos e dos Empregados .....	12
2.4.1. Informações dos Estabelecimentos .....	13
2.4.2. Informações dos Empregados .....	13
3. UTILIZAÇÃO E CUIDADOS NA INTERPRETAÇÃO DOS DADOS.....	14
4. CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE A RECONSTITUIÇÃO DE ESTOQUES.....	15
5. PROGRAMA DE DISSEMINAÇÃO DAS BASES DE DADOS DO MTE .....	16

## **APRESENTAÇÃO**

A eficácia e a eficiência de políticas públicas depende, ainda que não exclusivamente, da elaboração de confiáveis diagnósticos que expressem com mais precisão a realidade do universo onde se pretende intervir. A análise e a apropriação desses diagnósticos, para a fundamentação de decisões políticas, requerem a constituição de processo interativo entre o Governo e a sociedade civil.

A Coordenação-Geral de Estatísticas do Trabalho – CGET, como parte integrante desse cenário de interfaces, no âmbito da Secretaria de Políticas de Emprego e Salário, e no intuito de melhorar a apreensão dos instrumentos estatísticos que sistematicamente produz, elaborou este documento, que certamente possibilitará a otimização do uso dos registros administrativos RAIS e CAGED.

A conceituação das variáveis utilizadas e a descrição das principais características metodológicas desses registros administrativos são a pretensão desta publicação. A facilitação do entendimento desse numeroso elenco de dados estatísticos se concebe importante, uma vez que auxilia a interpretação de diagnósticos sobre o mercado de trabalho, tendo em vista o balizamento de políticas públicas.

É nossa expectativa contar com a colaboração de quantos se detiverem na apreciação deste trabalho e, nesse sentido, somos receptivos às sugestões que contribuam para melhorar a qualidade e a cobertura da RAIS e do CAGED, na certeza de que tal parceria resultará em benefícios ao trabalhador e ao País como um todo.

## 1. RAIS

### 1.1. Conceituação

Em dezembro de 1975, pelo Decreto nº 76.900/75, foi instituída a Relação Anual de Informações Sociais – RAIS. Fundamentalmente, a RAIS é um Registro Administrativo, de âmbito nacional, com periodicidade anual, obrigatório para todos os estabelecimentos, inclusive aqueles sem ocorrência de vínculos empregatícios no exercício, tendo esse tipo de declaração a denominação de RAIS Negativa.

O suprimento das necessidades de controle, de estatísticas e de informações às entidades públicas e à sociedade civil constitui os principais objetivos da RAIS. Criada para fins estatísticos e administrativos, a RAIS registra grande quantidade de informações necessárias ao processo administrativo (viabilização do pagamento do abono salarial, por exemplo) e possibilita, também, tabulações estatísticas de fundamental importância para o acompanhamento e para a caracterização do mercado de trabalho formal. Ao contrário das pesquisas domiciliares, nas quais a coleta tem objetivos especificamente estatísticos, na RAIS os produtos estatísticos ocorrem no curso de uma função administrativa.

Em termos operacionais, a RAIS foi originalmente criada para monitorar a entrada da mão-de-obra estrangeira no Brasil, subsidiar o controle dos registros relativos ao FGTS e à arrecadação e concessão de benefícios pelo Ministério da Previdência Social e para servir de base de cálculo do PIS/PASEP. Atualmente, em observância a dispositivo constitucional, viabiliza a concessão do pagamento do abono salarial e se constitui no único instrumento de governo para esse fim.

O tratamento aplicado aos dados dos estabelecimentos e vínculos empregatícios permite que as informações divulgadas, a partir da RAIS, tenham desagregação até em nível de município, de subatividades econômicas e de ocupações. Tais informações são disponibilizadas segundo o estoque (número de empregos) e a movimentação de mão-de-obra empregada (admissões e desligamentos), por gênero, por faixa etária, por grau de instrução, por rendimento médio e por faixas de rendimentos em salários mínimos. Levando em consideração esses cortes, também se obtêm dados sobre a massa salarial, que é importante indicador para o subsídio às políticas públicas. Os dados estatísticos da RAIS são utilizados na elaboração de diagnósticos sobre o mercado de trabalho, como apoio aos sindicatos nas negociações coletivas, como orientação aos investimentos públicos e, ainda, como base à elaboração de pesquisas estatísticas de outras instituições, além de outros usos afins.

Desde os anos 90, os dados da RAIS registram importantes avanços quantitativos e qualitativos, em decorrência da ampliação do número de declarações em meio eletrônico. Nesse período, a cobertura aproximou-se de 97% do setor organizado da economia, consolidando a RAIS como censo do mercado de trabalho formal. Atualmente, na **RAIS 2008**, o universo de estabelecimentos é de aproximadamente **7,1 milhões (3,1 milhões com vínculo e 4 milhões sem vínculo)**, sendo que os vínculos empregatícios somam cerca de **31,4 milhões** de empregos celetistas e **8 milhões** de estatutários. É importante registrar que o processo de recebimento da RAIS pela Internet surgiu como consequência da necessidade de aprimorar a qualidade e de dar agilidade às informações.

É importante registrar que, no ano-base de 1997, foi iniciado o processo de recebimento da RAIS via Internet, resultando em ganho adicional na qualidade da informação e de agilidade na sua disponibilização. A partir do ano 2000, com base na Portaria 945 de 14/12/00, a recepção da RAIS passou a ser somente por meios eletrônicos.

## **1.2. Características da RAIS**

- Natureza do levantamento: registro administrativo.
- Periodicidade: anual. As declarações são prestadas geralmente no período de janeiro a fevereiro e referem-se ao ano anterior.
- Abrangência geográfica: todo o território nacional.
- Desagregação geográfica: Brasil, regiões naturais, mesorregiões, microrregiões, Unidades Federativas e municipais.
- Cobertura: cerca de 97% do universo do mercado formal brasileiro.
- Principais variáveis investigadas: empregos em 31 de dezembro e admitidos e desligados segundo gênero, faixa etária, grau de escolaridade, tempo de serviço e rendimentos, desagregados em nível ocupacional, geográfico e setorial. Contêm informações sobre número de empregos por tamanho de estabelecimento, massa salarial e nacionalidade do empregado.
- Número de estabelecimentos declarantes: segundo os dados de **2008**, entre os **7,1** milhões de estabelecimentos que declararam a RAIS, cerca de 4 milhões correspondem a RAIS Negativa, e **3,1** milhões, a RAIS com vínculos empregatícios.
- Rendimentos: representa a remuneração média, em salário mínimo, no período vigente do ano-base, da força de trabalho empregada. A partir do ano base 1999, a remuneração está disponível também em valor nominal. Para efeito estatístico, não são consideradas as remunerações referentes ao 13º salário.

## **1.3. Principais Conceitos Utilizados**

### **Vínculos empregatícios, número de trabalhadores**

Entende-se por vínculos empregatícios as relações de emprego, estabelecidas sempre que ocorre trabalho remunerado. São consideradas como vínculos as relações de trabalho dos celetistas, dos estatutários, dos trabalhadores regidos por contratos temporários, por prazo determinado, e dos empregados avulsos, quando contratados por sindicatos.

O número de empregos em determinado período de referência corresponde ao total de vínculos empregatícios efetivados. O número de empregos difere do número de pessoas empregadas, uma vez que o indivíduo pode estar acumulando, na data de referência, mais de um emprego.

Consideradas as informações disponíveis sobre vínculos empregatícios, são facultadas duas opções para mensurar a evolução do nível de emprego. A primeira refere-se à comparação de estoques (número de empregos) em determinado período. A segunda obtém-se pela diferença entre o somatório das admissões e dos desligamentos. Nas pesquisas domiciliares só é permitida a primeira opção, enquanto que na RAIS é possibilitada, também, a segunda forma de cálculo. Note-se, porém, que tal modalidade não é recomendada pelo

Ministério do Trabalho e Emprego em virtude de estudos sobre o tema terem demonstrado acentuado desequilíbrio na captação das informações relativas às admissões e aos desligamentos. Contudo, é importante ressaltar que embora o MTE adote a comparação de estoques em diferentes períodos, sugere cautela ao utilizar essa metodologia em domínios geográficos e setoriais menores.

### **Trabalhador celetista, avulso, temporário e por prazo determinado**

O trabalhador celetista é aquele cuja relação de emprego é regida pela CLT, independentemente de o empregador ser do setor público ou privado.

Trabalhadores avulsos são, conforme definidos em lei: estivadores, alvarengueiros, conferentes de carga ou descarga, vigias portuários, amarradores, trabalhadores avulsos do serviço de bloco, trabalhadores avulsos de capatazia, arrumadores, ensacadores de café, cacau, sal e similares e trabalhadores na indústria de extração do sal, na condição de avulsos, que prestam serviços por meio de sindicatos.

São definidos como trabalhadores temporários, regidos pela Lei nº 6.019, aqueles que prestam trabalho a uma empresa para atender à necessidade transitória de substituição de seu pessoal regular e permanente, ou ao acréscimo extraordinário de serviço.

Trabalhadores por prazo determinado, regidos pela Lei nº 9.601, são aqueles que podem ser contratados por um período máximo de dois anos, desde que esse tipo de contrato tenha sido previsto em convenção ou em acordo coletivo.

### **Estabelecimento**

O levantamento da RAIS é feito em nível de estabelecimento, considerando-se como tal as unidades de cada empresa separadas especialmente, ou seja, com endereços distintos. Vale ressaltar que as diversas linhas de produção de uma mesma empresa são consideradas em um único estabelecimento, desde que situadas no mesmo prédio.

### **Tamanho do estabelecimento**

O tamanho do estabelecimento é determinado pelo número de empregos nele existente em 31 de dezembro do ano-base. Os estabelecimentos do tamanho zero são aqueles que, apesar de não possuírem empregados em 31 de dezembro, tiveram pelo menos um empregado ao longo do ano.

### **Atividade econômica**

Embora o uso da classificação do IBGE fosse obrigatório na declaração da RAIS no período de 1985 a 1993, na elaboração das estatísticas utilizava-se a Classificação Nacional de Atividade Econômica – CNAE, conforme a inscrição no Ministério da Fazenda, sendo sua conversão feita posteriormente. A partir de 1994, o Ministério do Trabalho e Emprego assumiu a atividade econômica declarada pelo estabelecimento, captada de acordo com o novo Código de Atividade Econômica – CNAE/95. Para manter a comparabilidade dos dados anuais, foi elaborada uma compatibilização com o código do IBGE. Ressalte-se que para

a desagregação acima de 26 subsetores não existe uma boa correlação entre os dados compatibilizados, devendo-se, portanto, ter cautela no seu uso.

Em 2002, foi realizada a primeira revisão da CNAE95, denominada CNAE 1.0. Essa revisão buscou evidenciar a especificidade nacional, sempre preservando as recomendações da Organização Internacional do Trabalho - OIT - no que tange à comparabilidade internacional.

No caso dos estabelecimentos com mais de uma atividade econômica, é considerada a atividade principal. As atividades relativas a depósito e a escritórios administrativos ou de representação de empresas são colocadas na atividade principal da matriz.

Quando a atividade econômica não pode ser identificada, em virtude de estar omissa ou inválida, é considerada como “Não-Declarada” – ND.

A partir do ano base 2006, a RAIS vem captando informações segundo o novo código de Atividade Econômica – CNAE 2.0. No intuito de manter a continuidade da série histórica, o MTE permanece divulgando as informações estatísticas segundo a CNAE 1.0, a partir da adoção da Tábua de Conversão da CNAE 2.0 para a CNAE 1.0. Entretanto, devido à existência de variações significativas em nível de classe e grupo em algumas situações, e seguindo as normas internacionais que recomendam a compatibilização em nível de dois dígitos, estão disponíveis a partir da RAIS/2006, segundo a CNAE 1.0, apenas as desagregações em níveis de Divisão e Seção. Tais informações também são compatibilizadas ao código IBGE de 1980, com o intuito de preservar estudos que envolvam séries históricas. É importante assinalar que a maior agregação sugerida pelo MTE vai até aos 26 subsetores da economia.

### **Classificação Brasileira de Ocupações – CBO**

A CBO é o documento que reconhece, nomeia e codifica os títulos e descreve as características das ocupações do mercado de trabalho brasileiro. Sua atualização e modernização se devem às profundas mudanças ocorridas no cenário cultural, econômico e social do país nos últimos anos, implicando alterações estruturais no mercado de trabalho.

A CBO 2002 contém as ocupações do mercado brasileiro, organizadas e descritas por famílias. Cada família constitui um conjunto de ocupações do mercado similares correspondente a um domínio de trabalho mais amplo que aquele da ocupação. Esta nova versão da CBO somente está contemplada a partir da RAIS 2003.

### **Faixa etária**

O enquadramento dos vínculos na faixa etária considera os anos completos em 31 de dezembro.

### **Admissão e desligamento**

Os conceitos de admissão e desligamento utilizados na RAIS referem-se às alterações de emprego ocorridas no estabelecimento, incluindo as transferências de empregados, de um estabelecimento para outro, da mesma empresa.



Por admissão entende-se toda entrada de trabalhador no estabelecimento no ano, qualquer que seja sua origem e, por desligamento, toda saída de pessoa cuja relação de emprego com o estabelecimento cessou durante o ano por qualquer motivo (demissão, aposentadoria, morte), seja por iniciativa do empregador ou do empregado. As entradas e saídas por transferências aparecem incluídas, respectivamente, nas admissões e nos desligamentos.

### **Remuneração média mensal em salário mínimo**

A remuneração média mensal em salários mínimos é definida como a média aritmética das remunerações individuais no mês de referência, convertidas em salários mínimos, no período vigente do ano-base.

Integram essa remuneração os salários, ordenados, vencimentos, honorários, vantagens, adicionais, gratificações, etc. Está excluída a remuneração do 13º salário.

### **Massa salarial**

É o resultado do produto entre a remuneração média dos empregados em dezembro e o número de empregos existentes no dia 31 do mesmo mês. Nesse indicador, as informações são fornecidas em salários mínimos vigentes na época ou em valor nominal (moeda corrente da época) a partir do ano base 1999.

## **1.4. Informações dos Estabelecimentos e dos Empregados**

Na RAIS são apresentados dois conjuntos de informações: o primeiro diz respeito à unidade *estabelecimento/empregador*, e o segundo refere-se ao *empregado*.

As principais informações levantadas com relação ao *estabelecimento/empregador* são as seguintes:

- Código identificador CGC/CEI
- Endereço
- Natureza jurídica
- Atividade econômica
- Estoque (quantidade de empregos em 31/12 )
- Tamanho do estabelecimento

Entre as informações mais relevantes sobre o *empregado*, encontram-se:

- Código identificador PIS/PASEP
- Faixa etária
- Grau de instrução
- Gênero
- Ocupação
- Remuneração média
- Tipo de vínculo (celetista, estatutário, temporário e avulso)

- Nacionalidade
- Tempo de serviço
- Tipo de admissão
- Causa do desligamento

A partir do cruzamento dessas variáveis, obtém-se um conjunto diverso de informações, tais como:

- Número de empregos em 31 de dezembro, segundo faixa etária, escolaridade gênero por nível geográfico, setorial e ocupacional;
- Número de empregos por tamanho de estabelecimento, segundo setor de atividade econômica;
- A remuneração média dos empregos em 31 de dezembro, segundo ocupação e setor de atividade econômica por nível geográfico.

## **2. CAGED – LEI Nº 4.923/65**

### **2.1. Conceituação**

O Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED, instituído pela Lei nº 4.923, em 23 de dezembro de 1965, constitui fonte de informação de âmbito nacional e de periodicidade mensal. Foi criado como instrumento de acompanhamento e de fiscalização do processo de admissão e de dispensa de trabalhadores regidos pela CLT, com o objetivo de assistir os desempregados e de apoiar medidas contra o desemprego.

O CAGED é um Registro Administrativo, e, inicialmente, objetivou gerir e controlar a concessão do auxílio-desemprego. A partir de 1986, passou a ser utilizado como suporte ao pagamento do seguro-desemprego e, mais recentemente, tornou-se, também, um relevante instrumento à reciclagem profissional e à recolocação do trabalhador no mercado de trabalho e, ainda, um importante subsídio para a fiscalização.

Devido à crescente demanda por dados conjunturais do mercado de trabalho e à necessidade deste Ministério em contar com estatísticas mais completas, mais consistentes e mais ágeis, foram implementadas expressivas alterações ao sistema – Lei nº 4.923/65. Como decorrência dos substanciais avanços, pôde-se construir, a partir de 1983, o índice mensal de emprego, a taxa de rotatividade e a flutuação da mão-de-obra (admitidos / desligados).

Os aperfeiçoamentos ocorridos no sistema CAGED e também na metodologia de tratamento dos dados tornaram esse registro administrativo uma das principais fontes de informações estatísticas sobre o mercado de trabalho conjuntural. O CAGED apresenta desagregações idênticas às da RAIS, em termos geográficos, setoriais e ocupacionais, possibilitando a realização de estudos que indicam as tendências mais atuais. No espectro conjuntural, é a única fonte de informação com tal nível de desagregação, sendo, portanto, imprescindível para o balizamento das intervenções dos formuladores de políticas na esfera do mercado de trabalho, aumentando a eficácia e eficiência das políticas de emprego que possibilitam o aumento do número e da qualidade de postos de trabalho e, por conseguinte a redução da desigualdade social.

A qualidade das informações do CAGED vem apresentando significativa melhora. Concorreu para esse fato a implantação da Portaria nº 561/2001 que determinou a extinção da declaração do CAGED em formulário padrão a partir da competência de novembro de 2001. Esta medida teve um impacto positivo na qualidade, uma vez que as informações declaradas, em meios eletrônicos, passam por um processo de críticas. Ademais, a implantação da recepção do CAGED, via Internet, possibilitou, também, um ganho na tempestividade.

## **2.2. Características do CAGED**

- Natureza do levantamento: Registro Administrativo.
- Periodicidade: mensal. As declarações são prestadas até o 7º dia do mês subsequente e referem-se aos estabelecimentos com movimentação (admissões e desligamentos).
- Início: essa fonte de informação apresenta duas séries distintas: uma com origem em jan./85 se prolongando até dez./97 e outra com início em jan./92, em nível mais agregado, e desagregado a partir de 1996.
- Abrangência geográfica: todo o território nacional.
- Desagregação geográfica: Brasil, regiões naturais, mesorregiões, microrregiões, Unidades Federativas e municipais.
- Cobertura: cerca de 80% a 85% do universo do mercado de trabalho formal celetista.
- Principais variáveis investigadas: um conjunto de informações que possibilita o cálculo do índice de emprego, taxa de rotatividade e a flutuação de emprego, desagregados em nível geográfico, setorial e ocupacional. Permite igualmente a obtenção de dados sobre os atributos dos empregados admitidos e desligados: gênero, grau de escolaridade, faixa etária, salários e tempo de emprego.
- Número de estabelecimentos declarantes: cerca de **660** mil por mês.
- Rendimentos: representam os salários de fluxo dos admitidos e desligados, e não da totalidade do estoque de trabalhadores. Correspondem aos salários que constam na Carteira de Trabalho.

## **2.3. Principais Conceitos Utilizados**

### **Flutuação do emprego**

Demonstra a movimentação das admissões e desligamentos em determinado período.

### **Variação absoluta (saldo)**

Indica a diferença entre admissões e desligamentos ( $a - d$ ).

### **Variação relativa**

É obtida mediante a divisão da variação absoluta sobre o estoque do primeiro dia do mês. Mostra o desempenho do emprego em termos percentuais.

A variação relativa é obtida da seguinte forma:

$$V(t, t-1) = \left( \frac{\text{variação absoluta}}{\text{total de empregos no 1º dia do mês } t} \right) \times 100 \text{ ou}$$

$$V(t, t-1) = \left( \frac{\text{estoque último dia do mês } t - 1}{\text{estoque 1º dia do mês } t} \right) \times 100$$

### **Índice de emprego**

Indica a evolução do emprego formal. É calculado tendo-se por base o encadeamento das variações relativas mensais.

A fórmula adotada para o cálculo do índice de emprego, de base fixa, do mês t em relação ao mês t-1 é:

$$I(t, t-1) = \left( \frac{\text{total de empregos no último dia do mês } t}{\text{total de empregos no 1º dia do mês } t} \right) \times 100$$

### **Taxa de rotatividade**

Mede o percentual dos trabalhadores substituídos mensalmente em relação ao estoque vigente no primeiro dia do mês, em nível geográfico e setorial, mas não em nível ocupacional. Assim, esse indicador, em virtude da forma agregada como é calculado, não permite quantificar a substituição dos trabalhadores com o mesmo perfil ocupacional.

O cálculo da taxa de rotatividade mensal é obtido utilizando o menor valor entre o total de admissões e desligamentos sobre o total de empregos no 1º dia do mês.

$$TR(t) = \frac{\text{mínimo}(A(t), D(t))}{E(t)} \times 100$$

Onde:

- TR = taxa de rotatividade do mês t,
- A(t) = total de admissões no mês t
- D(t) = total de desligamentos no mês t
- E(t) = total de empregos no 1º dia do mês

## **2.4. Informações dos Estabelecimentos e dos Empregados**

Assim como a RAIS, o CAGED oferece informações referentes aos estabelecimentos e aos empregados.

É a partir das informações dos estabelecimentos que são calculados os indicadores de emprego desagregados em nível de municípios e de classe econômica. O CAGED, à semelhança da RAIS, desde a competência 01/2008, disponibiliza informações segundo o novo Código de Atividade Econômica – CNAE 2.0. No intuito de manter a continuidade da série histórica, o MTE permanece divulgando as informações estatísticas segundo a CNAE 1.0, a partir da adoção da Tábua de Conversão da CNAE 2.0 para a CNAE 1.0. Entretanto, devido à existência de variações significativas em nível de classe e grupo em algumas situações, e seguindo as normas internacionais que recomendam a compatibilização em nível de dois dígitos, estão disponíveis a partir da competência 01/2008, segundo a CNAE

1.0, apenas as desagregações em níveis de Divisão e Seção. Tais informações também são compatibilizadas ao código IBGE de 1980, com o intuito de preservar estudos que envolvam séries históricas. É importante assinalar que a maior agregação sugerida pelo MTE vai até aos 26 subsetores da economia.

As informações provenientes dos empregadores referem-se aos atributos, quais, sejam: nome, n.º do PIS, gênero, idade, grau de instrução, ocupação, horas contratuais de trabalho semanal e remuneração mensal.

Para o cálculo das variáveis de emprego, taxa de rotatividade e flutuação da mão-de-obra, são consideradas as informações do mês de referência e as do mês imediatamente anterior.

Com a preocupação constante de fornecer dados mais fidedignos sobre a realidade do mercado de trabalho formal celetista, o índice de emprego, com base no CAGED, passou, em janeiro de 2002, por uma série de mudanças na base de referência dos estoques e no tratamento das movimentações. Na Internet, no ítem Notas Técnicas, do Programa de Disseminação das Bases de Dados, estão disponibilizadas as principais informações pertinentes às diferenças básicas entre a metodologia anterior e a seguinte, a partir de 2002.

#### **2.4.1. Informações dos Estabelecimentos**

- Total dos estabelecimentos respondentes.
- Total de admissões.
- Total de desligamentos.
- Taxa de rotatividade.
- Saldo ou variação absoluta do emprego.
- Variação relativa do emprego.
- Admissões por tipo de movimentação (primeiro emprego, reemprego, transferência).
- Desligamentos por tipo de movimentação (dispensado, espontâneo, aposentado, morto, transferido).

#### **2.4.2. Informações dos Empregados**

- Total de admitidos ou desligados por faixa etária.
- Total de admitidos ou desligados por sexo, segundo a faixa etária.
- Total de admitidos ou desligados por faixa etária, segundo o grau de instrução.
- Total de admitidos ou desligados, segundo a ocupação e a remuneração.
- Total de desligados, segundo tempo no emprego e remuneração, etc.

### **3. UTILIZAÇÃO E CUIDADOS NA INTERPRETAÇÃO DOS DADOS**

Os Registros Administrativos disponibilizam uma gama enorme de informações sobre o mercado de trabalho formal, entretanto recomenda-se cautela quando da utilização e interpretação dos dados. Por oportuno, ressalte-se que existem vantagens e limitações no uso desses Registros Administrativos.

As principais vantagens estão relacionadas à abrangência dessa fonte de informação, atingindo até o município, e à diversidade de cruzamento em nível ocupacional e setorial. Dado a desagregação geográfica alcançada, outra vantagem apontada refere-se à disponibilização dos dados em período relativamente pequeno, ocorrendo no mesmo mês da declaração prestada – no caso do CAGED.

Quanto às limitações, a principal diz respeito à omissão de declaração dos estabelecimentos, secundada por erro de preenchimento. Esta última pode ocorrer por informações incompletas ou incorretas. Outro problema existente está relacionado às declarações agregadas na matriz, quando o procedimento correto seria o fornecimento dessas informações por estabelecimento. Esses problemas, principalmente o primeiro, ocorrem, freqüentemente, em municípios menores, daí a preocupação do Ministério do Trabalho e Emprego em esclarecer aos usuários sobre o uso desses dados. Em alguns setores, percebem-se informações mais comprometidas que em outros. Inserem-se nesse contexto a Agricultura, a Administração Pública e a Construção Civil.

Considerando que tanto a RAIS quanto o CAGED vêm sendo declarados somente em meios eletrônicos, e que este fato leva a uma maior confiabilidade na informação, é factível supor que esses problemas foram minimizados.

As análises das informações oriundas dos Registros Administrativos muitas vezes divergem das obtidas a partir das pesquisas domiciliares, em razão de diferenças metodológicas envolvendo, entre outras, a conceituação de variáveis, a cobertura, o período de captação das informações e as fórmulas de cálculo utilizadas. Há, portanto, necessidade de alguns ajustes caso se deseje fazer estudos comparativos entre essas fontes de informações. No entanto, considerando as particularidades de cada uma, em termos gerais verifica-se a mesma tendência na captação do fenômeno.

Encontra-se disponível no *site* do MTE ([www.mte.gov.br](http://www.mte.gov.br)) um conjunto de notas técnicas que podem auxiliar na utilização dos Registros Administrativos RAIS e CAGED.

#### **4. CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE A RECONSTITUIÇÃO DE ESTOQUES**

A estimativa do número de empregos existentes, ou reconstituição de estoque, pode ser feita de duas maneiras diferentes, em função do uso que se pretende das informações.

A primeira baseia-se no estoque de empregos do CAGED, em primeiro de janeiro do ano mais recente, adicionando a variação absoluta divulgada.

A segunda refere-se ao estoque de emprego em 31 de dezembro da RAIS mais recente, quando se trata de estudos envolvendo a continuidade de séries históricas baseadas na RAIS de anos anteriores. A atualização dessa série se faz mediante a movimentação do CAGED.

Na reconstituição de estoques a partir da RAIS segundo gênero, escolaridade, faixa etária, etc., devem-se utilizar as informações provenientes do CAGED (CAGED Estatístico).

*Obs.: A recuperação de estoques em municípios pequenos é problemática devido a falhas de cobertura e erros de declaração. Portanto, recomenda-se cautela no uso dessas informações.*

## **5. PROGRAMA DE DISSEMINAÇÃO DAS BASES DE DADOS DO MTE**

O Ministério do Trabalho e Emprego, por meio da DES/CGET, em sua concepção básica de atuação perante a sociedade, busca gerar subsídios para formulação de políticas de emprego no País. Ao encontro desse objetivo, foi desenvolvido o Programa de Disseminação das Bases de Dados, de responsabilidade deste Ministério. Tal programa tem por finalidade divulgar as informações obtidas a partir das bases de dados geradas pelos Registros Administrativos RAIS e CAGED à sociedade civil.

O acesso às Bases de Dados Estatísticos dos sistemas RAIS/CAGED é feito mediante a assinatura de um termo de compromisso firmado entre o MTE e a instituição envolvida. Os dados estatísticos são disponibilizados em *CD / DVD-ROM*, havendo necessidade de treinamento aos técnicos das instituições para capacitá-los ao manuseio das informações.

Na *home page* do Ministério do Trabalho e Emprego, são encontradas várias informações sobre os Registros Administrativos, abrangendo desde a legislação que os regulamenta até dados estatísticos atualizados. São disseminados, também os seguintes produtos e estudos:

### **a) Sumário Executivo:**

- **Compreende a síntese do comportamento do emprego formal divulgado, mensalmente, para atendimento à mídia.**

### **b) Análise Mensal do CAGED**

- Apresenta um estudo mais aprofundado sobre o comportamento do emprego formal, desagregados por UF e setores da economia.

### **c) Índice de Emprego formal com base no CAGED**

- **Contém um conjunto de tabelas com informações sobre o índice, flutuações e taxa de rotatividade, desagregado por setor e nível geográfico.**

### **d) Evolução do Emprego formal**

- Contempla tabelas com informações mensais, no ano, e em 12 meses, com cortes por UF, Área Metropolitana e municípios acima de 50.000 habitantes, segundo nível setorial.

### **e) Comportamento do Emprego formal por UF, CAGED – 2000/2004**

- **Enfoca os principais resultados provenientes das características dos trabalhadores (gênero, salário, tempo de permanência no emprego) por UF e setor, com a finalidade de nortear as autoridades**



**governamentais na questão quantitativa e qualitativa do emprego conjuntural.**

**f) Comentários sobre o uso potencial do CAGED**

- **Aborda as potencialidades do uso das informações dos atributos dos trabalhadores, provenientes do CAGED, para subsidiar o monitoramento dos gestores de política econômica.**

**g) CAGED Estabelecimento**

- O Aplicativo CAGED Estabelecimento tem como objetivo disponibilizar aos usuários das bases do MTE as informações provenientes do CAGED, agregadas por estabelecimentos declarantes, permitindo o acompanhamento das movimentações mensais de admissão e/ou desligamento por meio de consultas pré-definidas, contendo inclusive a variação do estoque de empregos em um determinado período.

**h) RAIS e CAGED on-line**

- Possibilita ao usuário, mediante o uso de senha específica, a elaboração de tabelas com informações oriundas da RAIS e do CAGED, com cruzamento de variáveis selecionadas.

**i) Anuário Estatístico RAIS – 95 a 2007**

- Apresenta uma seleção de tabelas pré-definidas contidas no Anuário RAIS, contemplando o número de empregos e remuneração média por nível geográfico e setorial, segundo gênero, faixa etária, escolaridade, tempo de permanência no emprego, etc.

**j) Perfil do Município**

- Tendo como principal fonte o CAGED, o aplicativo Web **Perfil do Município** foi desenvolvido para oferecer informações estatísticas a respeito da conjuntura laboral dos municípios brasileiros. Oferece acesso simplificado, auxiliado por mapas e filtros de seleção auto-explicativa, para a obtenção de informações sobre a composição do emprego e sobre a movimentação de trabalhadores regidos pela CLT.

**k) Informações para o Sistema Público de Emprego e Renda - ISPER**

- O **ISPER** tem como principal objetivo a divulgação ágil, consolidada e de fácil visualização das informações sobre os programas do MTE e outras ações vinculadas ao Mercado de Trabalho e temas correlatos, que sejam úteis para o dia a dia das instituições do Sistema Público de Emprego e Renda.